

## RESISTÊNCIAS ESCOLARES FRENTE AO NEOCONSERVADORISMO: AFRONTES À HOMOFOBIA NO CHÃO DA ESCOLA PÚBLICA

*SCHOOL RESISTANCE TO NEOCONSERVATISM: AFFRONTS TO HOMOPHOBIA ON THE PUBLIC  
SCHOOL FLOOR*

Pedro Yuri da Paz Barbosa<sup>1</sup>  
Cintia Gabriele Pereira Gonçalves<sup>2</sup>  
Tatiana Aleixo<sup>3</sup>  
Rochelly Rodrigues Holanda<sup>4</sup>  
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa<sup>5</sup>

**Resumo:** o presente estudo pretende discutir experiências vivenciadas por estagiárias em Psicologia Escolar e Educacional, desenvolvidas em uma Escola Estadual de Educação Profissional da rede pública do Nordeste brasileiro com foco na identificação e compreensão dos impactos psicossociais decorrentes de situações de homofobia no ambiente escolar. Analisam-se esses impactos da homofobia no ambiente escolar, compreendendo-os como reflexo do avanço de pautas neoconservadoras na educação brasileira e apresentando a intervenção psicossocial como estratégia de resistência. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa, no qual foi realizada uma roda de conversa com trinta adolescentes para debater temas como *bullying*, preconceito, sexualidade e identidade de gênero. Os resultados evidenciam que a articulação de intervenções psicossociais em territórios escolares potencializam estratégias de combate à homofobia, que se manifesta por meio de violências simbólicas e interpessoais, sustentadas por omissões institucionais e discursos moralizantes que visam ao controle sobre corpos e subjetividades. A intervenção mostrou-se um potente dispositivo de enfrentamento, ao viabilizar um espaço de escuta, produção de vínculos e fortalecimento coletivo. Conclui-se pela urgência de uma prática da Psicologia Escolar e Educacional que seja crítica e politicamente comprometida com os direitos humanos, voltada à desconstrução de lógicas excludentes e à reafirmação da escola como território de cidadania e valorização da diversidade.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Homofobia; Neoconservadorismo brasileiro; Psicologia Escolar.

**Abstract:** this study discusses the experiences of School and Educational Psychology interns at a State Professional Education School in the Brazilian Northeast. The study analyzes the psychosocial impacts of homophobia in the school environment, understanding them as a reflection of the advancement of neoconservative agendas in Brazilian education and presenting psychosocial intervention as a strategy for resistance. Methodologically, this is a qualitative experience report, in which a discussion group was held with thirty adolescents to discuss topics such as bullying, prejudice, sexuality, and gender identity. The results demonstrate that the articulation of psychosocial interventions in schools strengthens strategies to combat

<sup>1</sup> Acadêmico em Psicologia. Estagiário no Conselho Regional de Psicologia do Ceará – 11ª Região. Presidente da Liga Acadêmica de Psicologia Lamparina. Monitor de Psicologia no Instituto Fratelli. Formação em Abordagem Centrada na Pessoa. Pesquisador de Iniciação Científica e desenvolve estudos com foco na interface entre Psicologia e a população LGBTQIA+.

<sup>2</sup> Acadêmica em Psicologia e com trajetória de formação voltada à articulação entre arte, raça e práticas psicossociais. Desenvolve estudos e pesquisas em psicanálise contemporânea, com ênfase nas relações entre estética, subjetivação e práticas de cuidado em contextos educacionais e comunitários.

<sup>3</sup> Acadêmica em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará, Vice-Presidente da Liga Acadêmica de Psicologia Lamparina e estagiária na Clínica-Escola de Psicologia da instituição.

<sup>4</sup> Doutora e Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Curso de Psicologia Centro Universitário INTA - Uninta, Campus Itapipoca. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do CNPq - Nível A.

<sup>5</sup> Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Formada em Psicologia e especialista em caráter de Residência em Saúde da Família/Atenção Básica pela Universidade Federal do Piauí. Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial A.

homophobia, which manifests itself through symbolic and interpersonal violence, sustained by institutional omissions and moralizing discourses aimed at controlling bodies and subjectivities. The intervention proved to be a powerful tool for coping, providing a space for listening, building bonds, and collective strengthening. It is concluded that there is an urgent need for a practice of School and Educational Psychology that is critical and politically committed to human rights, aimed at deconstructing exclusionary logics and reaffirming the school as a territory of citizenship and appreciation of diversity.

**Keywords:** Human Rights; Homophobia; Brazilian Neoconservatism; School Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho constrói-se nas intersecções entre gênero e educação, por meio de uma perspectiva transversal atenta aos processos de exclusão e silenciamento a que estão submetidas as corporeidades dissidentes de gênero e sexualidades, bem como às práticas de resistência constituída no ambiente escolar (Soares, 2024). No Brasil, o avanço de movimentos e grupos ultraconservadores tem atacado sistematicamente a discussão de temáticas relacionadas a gênero e sexualidades nas escolas (De Matos, 2018). Desse modo, o presente estudo pretende discutir as experiências vivenciadas por estagiárias em Psicologia Escolar e Educacional, em uma Escola Estadual de Educação Profissional da rede pública do nordeste brasileiro, com foco na identificação e compreensão dos impactos psicossociais decorrentes de situações de homofobia no ambiente escolar.

Historicamente, o desejo entre pessoas do mesmo sexo foi rotulado com termos pejorativos e associado a comportamentos desviantes, frequentemente vinculado a culturas estrangeiras, numa estratégia de reforço à sua marginalização. A homofobia, assim como o racismo, a xenofobia e o antissemitismo, baseia-se na construção arbitrária de um “outro”, considerado inferior, anormal ou estranho, sendo, portanto, excluído do convívio social. O termo foi cunhado pelo psicólogo Weinberg (1972) e posteriormente definido conceitualmente por Herek (2000), que o explora em sua dimensão social, caracterizando-o como um tipo de preconceito manifestado por meio da discriminação relacionada à sexualidade.

Esse conceito foi atualizado por Borrillo (2009), que define a homofobia como um fenômeno psicológico e social de base complexa, estruturado na inter-relação entre aspectos psíquicos e uma norma social que sustenta a hegemonia da heterossexualidade. Trata-se de uma manifestação de preconceito e discriminação, expressa tanto por meio de violências psicológicas quanto físicas, que acarreta às suas vítimas restrições no exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos (Mello Neto; Agnoleti, 2014).

No ambiente escolar, que deveria ser um espaço seguro e de promoção de direitos, alunos LGBTQIA+ enfrentam processos discriminatórios que podem culminar na evasão escolar e no desenvolvimento de problemas emocionais. A homofobia institucionalizada, muitas vezes, torna-se invisível para aqueles que detêm poder nas instituições, o que contribui para o silenciamento das experiências desses estudantes (Pereira; Bahia, 2011). Nesse sentido, é fundamental considerar que os discursos, inclusive quando

institucionalmente silenciados, contribuem para a manutenção da heteronormatividade no contexto escolar. A omissão diante de um tema tão relevante favorece a reprodução de práticas discriminatórias, resultando em episódios de violência homofóbica (Cavaleiro, 2009; Louro, 2009).

A Constituição Federal de 1988 assegura o acesso à educação como um direito fundamental. Da mesma forma, a Lei n.º 9.394/96 que define as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996) garante o direito de todas as pessoas a uma educação livre de qualquer forma de discriminação. No entanto, o ambiente escolar, por vezes, configura-se como espaço de reprodução de práticas discriminatórias, gerando prejuízos ao bem-estar e ao desenvolvimento dos sujeitos que nele circulam. A exclusão vivenciada por esses indivíduos não apenas ameaça seus direitos, mas também contribui para processos de evasão escolar, comprometendo sua formação acadêmica, seu preparo técnico-profissional e ampliando a vulnerabilidade a situações de discriminação no mercado de trabalho e em outros espaços sociais (Bortolini, 2008; Junqueira, 2009).

Reconhecer a diversidade como um valor social é essencial para a construção de um espaço educacional acolhedor, acessível e que promova, efetivamente, os direitos de todos os estudantes. A homofobia institucionalizada, reforçada por discursos populistas de extrema-direita no Brasil, materializa-se em violências simbólicas e interpessoais que atingem diretamente estudantes LGBTQIA+. A intervenção psicossocial relatada no artigo representa uma forma de resistência ao avanço da lógica neofascista que tenta suprimir as discussões sobre diversidade e direitos humanos na educação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL E OS IMPACTOS SOBRE A EDUCAÇÃO

No Brasil, ao longo da segunda década do século XXI, o neoconservadorismo cresceu, influenciando a política e a cultura com discursos que mesclam religião, economia e moral tradicional (Candeia; Furlin, 2023). Nesse contexto, fundamentalistas, neoliberais e conservadores uniram-se em instituições, protestos e redes sociais para restabelecer valores da vida pública (Corsetti, 2019).

O movimento neoconservador se fortaleceu, promovendo a substituição de valores democráticos por uma moralidade patriarcal e heteronormativa (Sousa; Oliveira, 2013). Essa tentativa de instaurar uma ordem moral supostamente universal exclui vozes divergentes e compromete a democracia (Corsetti, 2019). Adicionalmente, Barboza e Buss (2022) destacam que esse conservadorismo se consolida por meio da política institucional e do aparato jurídico, garantindo sua influência em posições-chave de poder.

Na educação, por sua vez, a influência conservadora é ainda mais evidente. Projetos e movimentos tentaram proibir debates sobre diversidade, gênero e sexualidade, alegando a

defesa da neutralidade nas discussões públicas (Fortes, 2022). Contudo, essa falsa neutralidade silencia os marginalizados e reduz o papel da escola na formação cidadã. Corsetti (2019) observa que estamos diante de uma reestruturação dos controles sociais via educação, disfarçada de projeto pedagógico conservador, que aprofunda desigualdades e limita o pensamento crítico.

As políticas educacionais recentes revelam os impactos concretos desse avanço. Autores e autoras como Lima e Hypolito (2019) e Araújo e Rocha (2024) destacam que a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) esteve sob intensa pressão de grupos conservadores, o que resultou na exclusão dos termos “gênero” e “orientação sexual” das diretrizes. Consequentemente, essa supressão compromete o potencial da BNCC enquanto instrumento para a promoção de uma educação democrática e inclusiva, ao reforçar práticas escolares excludentes que invisibilizam e marginalizam identidades dissidentes (Giovannetti, 2022).

O neoconservadorismo se fortaleceu no Brasil após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, por meio de contra reformas que trouxeram retrocessos à educação, como a Reforma do Ensino Médio, a reformulação da BNCC, o fortalecimento do Escola Sem Partido (Projeto de Lei, 2019) e a Emenda Constitucional nº 95 (Silva; Brito; Nunes, 2020). Essas medidas impactaram a educação básica e superior, reduzindo recursos, eliminando pautas progressistas e enfraquecendo a função social da escola, resultando em privatização, disciplinarização e despolitização dos espaços escolares (Dutra; Brisolla, 2020).

A ascensão política neoconservadora está ligada a mudanças demográficas e religiosas, com queda no número de católicos e crescimento dos evangélicos entre 2010 e 2022 (IBGE, 2022). Esse crescimento impulsiona lideranças religiosas moralistas, especialmente neopentecostais, que influenciam políticas públicas, especialmente na educação (Almeida, 2018), resultando no silenciamento de debates sobre diversidade e no aumento da homofobia institucional, afetando negativamente estudantes LGBTQIA+ (Sousa; Lima, 2023).

Portanto, mais do que uma disputa moral, trata-se de uma estratégia de controle social que utiliza a educação para normatizar subjetividades e disciplinar corpos, limitando a diversidade e reforçando estruturas de poder. Enfrentar essas dinâmicas é fundamental para construir uma educação comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a valorização da pluralidade de identidades, promovendo um ambiente inclusivo e democrático.

## **2.2 “ISSO É ANTI BÍBLICO!”: FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E A NEGAÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO NAS ESCOLAS**

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado uma preocupante ascensão do fundamentalismo religioso na esfera pública, especialmente nas políticas educacionais (Martins, 2024). Esse movimento impõe uma moral religiosa única e, ao instrumentalizar a fé, serve para legitimar discursos que violam a diversidade, rotulando como “anti-bíblicos” saberes que divergem da norma cristã (Defensoria Pública da União, 2023). Segundo Rocha (2014), essa racionalidade teológica articula-se a uma agenda neoconservadora para esvaziar o caráter laico da educação, focando sua ofensiva no debate sobre gênero e sexualidade, no qual se constrói uma narrativa de pânico moral para interditar a discussão (Furlin, 2024).

Essa agenda se materializa em projetos como o “Escola sem Partido”, que, sob o pretexto da “neutralidade ideológica” (Miguel, 2016), transforma as escolas em campos de medo onde o pensamento crítico é visto como afronta à fé (Frigotto, 2017). A principal ferramenta discursiva dessa reação é a expressão “ideologia de gênero” (Junqueira, 2018), mobilizada para interditar estudos sobre diversidade. Essa visão colide frontalmente com a produção acadêmica, como a de Louro (1997), que demonstra como a própria escola produz e regula os gêneros, desafiando a crença em papéis divinamente imutáveis.

Na prática, essa ofensiva resulta em medo e censura entre professores (Gonzalez, 2024), um processo ativo de silenciamento que compromete o direito à educação e à dignidade, sobretudo de estudantes LGBTQIA+. Diante disso, e para que a escola não se torne um instrumento de doutrinação que fere o Estado laico, é fundamental reafirmá-la como um espaço plural, laico e democrático, comprometido com a justiça social, a liberdade de consciência e o reconhecimento de todas as formas de ser e existir.

## **2.3 IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SUBJETIVO E SOCIAL**

Segundo a análise de Butler (2017), a expressão “ideologia de gênero” funciona como um fantasma político, desprovido de qualquer corpo teórico coerente. Em vez de descrever um conjunto de ideias, o termo é mobilizado como uma arma discursiva para catalisar medos e ansiedades sociais. Essa estratégia, como observam Miskolci e Campana (2017), visa fabricar um pânico moral que impede o debate público sobre gênero, sexualidade e direitos, tendo como propósito final a manutenção de uma ordem normativa e o controle sobre as vidas de populações dissidentes.

A construção desse “fantasma político”, contudo, não é acidental. Compreender sua origem é fundamental para revelar os interesses que o motivam, pois o termo não emerge dos estudos de gênero ou dos movimentos feminista e LGBTQIA+. Ao contrário, foi cunhado por setores conservadores, especialmente intelectuais, como uma reação às conquistas

desses movimentos na Conferência da ONU em Pequim, em 1995 (Machado, 2018). A mobilização desses grupos contra os avanços nas pautas de gênero, destacada por autores e autoras como Miskolci e Campana (2017) e Silva (2018) foi essencial para propagar narrativas que enfraquecem a luta por diversidade sexual.

Nesse cenário, a estratégia discursiva assume um papel central. O termo “ideologia de gênero” opera como uma caricatura das teorias de gênero, associando-as a uma suposta “doutrinação” que ameaçaria os valores morais, a “família tradicional” e a infância (Silva, 2018). Essa construção é, na verdade, uma ferramenta de controle simbólico que busca sustentar a heteronormatividade como única referência legítima de existência (Reis; Eggert, 2017). Tal mecanismo visa garantir um modelo de convivência social que marginaliza identidades não hegemônicas (Nascimento, 2015).

A eficácia dessa caricatura se ancora em uma premissa teórica fundamental, explorada por Butler (2017): os discursos não apenas descrevem, mas também criam os sujeitos, reconhecendo-os como “viáveis” ou “normais”. Nesse sentido, como aponta Nascimento (2015), a heteronormatividade atua como um padrão que define quais vidas são legítimas e plenamente humanas, enquanto marginaliza aquelas que não se enquadram no modelo. Essa dinâmica reguladora, conforme aprofundam Miskolci e Campana (2017), é o que sustenta as exclusões sociais.

Esse mecanismo de controle discursivo se materializa de forma contundente nas políticas públicas, como na tentativa de eliminar os termos “gênero” e “orientação sexual” dos Planos de Educação no Brasil, evidenciando um esforço de apagamento simbólico. Para Miskolci (2018), o sistema normativo não visa necessariamente eliminar os sujeitos dissidentes de forma física, mas busca torná-los invisíveis e inomináveis, silenciando expressões vistas como “contagiosas” a fim de preservar uma ordem social que só reconhece identidades alinhadas à norma (Sousa, 2022).

Portanto, o enquadramento de identidades dissidentes como parte de uma “ideologia” produz efeitos materiais profundos. Ao ter sua autenticidade negada, essas identidades deixam de ser compreendidas como expressões legítimas do ser e passam a ser vistas como sintomas de uma ameaça moral ou política (Nascimento, 2015; Silva, 2018). É esse processo de deslegitimação que cria as bases para justificar o controle, a discriminação e a violência (Miskolci, 2018).

Dessa forma, pode-se concluir que a “ideologia de gênero” transcende a ideia de uma simples falácia para operar como uma sofisticada tecnologia discursiva de poder, que não visa descrever a realidade, mas sim produzir uma ordem social específica (Machado, 2018). É dentro dessa ordem, como apontam Reis e Eggert (2017), que os sujeitos dissidentes são policiados para que se mantenham compreensíveis e dóceis à hierarquia heteronormativa.



## 2.4 A ESCOLA COMO CAMPO DE DISPUTA MORAL E POLÍTICA

A escola, longe de ser um território neutro, institucionalizou-se como um campo central de disputas entre projetos políticos e morais antagônicos. De um lado, emergem propostas democráticas que visam a inclusão e o reconhecimento da diversidade; de outro, articulam-se projetos conservadores que buscam o controle, a normatização e a exclusão (Vicente, 2020). Essa tensão manifesta-se de forma particularmente intensa no que tange às questões de gênero e sexualidade, transformando o ambiente educacional em um local de permanente conflito entre diferentes ideias e concepções de mundo (Leite, 2019).

Nesse cenário de disputa, uma ofensiva moral conservadora tem ganhado força, mirando especificamente a diversidade sexual e de gênero. Utilizando táticas como a difusão do pânico em torno da "ideologia de gênero" e a promoção de uma falsa neutralidade por meio de movimentos como o "Escola Sem Partido", setores religiosos e reacionários associam a educação para a diversidade a uma suposta ameaça à família e às crianças (Leite, 2019). Na prática, essa estratégia não apenas busca silenciar o pensamento crítico, mas também reforçar o predomínio de valores conservadores no espaço escolar (Vicente, 2020).

Essa disputa política reverbera no cotidiano da escola sob a forma de violência simbólica. Consoante a teoria de Pierre Bourdieu, trata-se de um poder invisível que legitima a dominação com a cumplicidade dos dominados (Machado, 2024). Ela se manifesta em práticas sutis que reforçam hierarquias, como a exclusão de mulheres do currículo de ciências (Silveira; Chagas, 2021), a vigilância sobre os corpos femininos (Sales; Pacheco, 2021) e a reprodução de estereótipos que associam o masculino à autoridade (Guse; Esquinalha; Moura, 2021), fazendo com que a desigualdade pareça parte natural da rotina (Paraíso, 2009).

Um dos principais veículos para a efetivação dessa violência simbólica é a linguagem. Nesse ponto, as contribuições de Judith Butler (2021) são essenciais, pois demonstram que a fala é um ato performativo que não apenas descreve, mas produz a realidade (Piovezani, 2023). O discurso de ódio, portanto, não é uma mera representação da violência, mas uma forma de violência em si, um ato linguístico que fere e produz exclusão (Butler, 2021). Ao reiterar normas, palavras injuriosas constroem realidades e criam "seres abjetos", marginalizados pela matriz heteronormativa (Costa, 2021), cujo poder de ferir deriva justamente de sua repetição histórica (Butler, 2021).

Essa capacidade do discurso de regular os sujeitos alinha-se à perspectiva de Michel Foucault (2014), para quem o discurso é uma prática que disciplina os corpos e constitui as subjetividades. A escola, como outras instituições, opera por meio de dispositivos de poder que visam o controle e a normalização dos indivíduos (Costa, 2021). A organização do espaço, a gestão do tempo, as regras e os saberes veiculados funcionam como uma tecnologia de poder que busca incluir os corpos, adequando-os às normas sociais vigentes.

A instituição escolar atua, assim, como um observatório político que pode legitimar ou punir discursos e corpos considerados "desviantes", exercendo um controle contínuo sobre as formas de ser, sentir e se expressar (Silva, 2023).

### 3 MÉTODO

#### 3.1 CONTEXTO DE REALIZAÇÃO

Metodologicamente, o percurso deste trabalho delinea-se em natureza qualitativa, estruturada sob o formato de relato de experiência. As ações relatadas ocorreram no contexto do Estágio Curricular Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, realizado em uma Escola Estadual de Ensino Médio Profissionalizante durante o semestre letivo de 2025.1. As atividades ocorreram semanalmente, sob supervisão docente e com acompanhamento de preceptoria de campo. Nas duas primeiras semanas, elaborou-se e executou-se uma programação de apresentações nas turmas de 2º e 3º anos, momento em que também foram explicitadas as atribuições das estagiárias do curso de Psicologia. Esses encontros iniciais foram essenciais para tornar a presença das estagiárias reconhecida no contexto escolar e para estabelecer um processo gradual de aproximação com os(as) estudantes.

Visando ampliar o espaço de fala e fortalecer o diálogo coletivo no território escolar, organizaram-se rodas de conversa nos dois últimos meses de estágio. Os temas desses encontros foram definidos a partir das demandas mais recorrentes, incluindo relacionamentos, *bullying* e outras formas de violência, emoções diante de novos desafios, escolhas profissionais e educação financeira. Tais espaços favoreceram o compartilhamento de experiências, o reconhecimento de vivências comuns e a construção coletiva de estratégias de enfrentamento das angústias.

A metodologia utilizada combinou observação participante (Martins, 1996), escuta ativa, registro em diário de campo e supervisão acadêmica. Considerando o público composto majoritariamente por adolescentes de diferentes realidades sociais, o trabalho exigiu sensibilidade e disponibilidade para acolher demandas e sofrimentos frequentemente silenciados no ambiente escolar. A sequência metodológica adotada, favoreceu a construção de vínculos e uma atuação pautada em princípios éticos e sensibilidade profissional.

A articulação e posterior intervenção psicossocial relatada neste trabalho foi realizada pelas quatro estagiárias do curso de Bacharelado em Psicologia de um Centro Universitário, orientadas por uma psicóloga, enquanto supervisora acadêmica e acompanhadas pelo preceptor de campo. Ao todo, 30 adolescentes participaram da ação, todos matriculados na referida escola, distribuídos nos três anos do ensino médio. O estágio profissional teve como eixo norteador a atuação psicossocial das psicólogas em contextos educacionais, com ênfase na promoção da equidade, no enfrentamento da discriminação e na defesa dos direitos humanos.



### 3.2 ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO REALIZADA

A intervenção psicossocial teve como foco situações de homofobia no ambiente escolar, e se concretizou na forma de roda de conversa intitulada "*Bullying*, preconceito, sexualidade e identidade", desenvolvida com estudantes do ensino médio. A atividade contou com três momentos principais: (1) dinâmica de integração para valorização das diferenças individuais; (2) roda de conversa com perguntas norteadoras sobre vivências de exclusão, dor e silenciamento; e (3) encerramento com construção coletiva de um painel afetivo com palavras escolhidas pelos participantes, representando resistência, força e recomeço.

TABELA 1 – Planejamento de ação

| Item                                  | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Público-alvo</b>                   | 30 discentes dos três anos do ensino médio                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Tema</b>                           | Bullying, preconceito, homofobia, gênero e sexualidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Data</b>                           | 21/05/2025                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Duração total</b>                  | 50 minutos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Atividade 1 – Sensibilização</b>   | Tempo: 10 minutos<br>Dinâmica: 'Eu sou mais... ou mais...' (promover integração e reconhecimento das diferenças individuais no grupo).<br>Exemplo de pergunta: 'Eu sou mais manhã ou madrugada?'                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Atividade 2 – Roda de conversa</b> | Tempo: 20 minutos<br>Ação inicial: fala introdutória sobre como uma 'brincadeira' pode gerar feridas difíceis de se fechar.<br>Perguntas norteadoras:<br>- O que vocês já viram ou viveram aqui na escola que machucou?<br>- O que vocês acham que os outros não veem, mas que dói?<br>- Por que é tão difícil se colocar no lugar do outro?<br>- Já sentiram vontade de falar algo e não conseguiram?<br>- Vocês acham que todo mundo se sente livre para ser quem é na escola? |
| <b>Atividade 3 – Encerramento</b>     | Tempo: 20 minutos<br>Proposta: cada participante escolhe uma palavra sobre recomeço ou força para compor um painel afetivo e visual de palavras de resistência, construído coletivamente.<br>Materiais: cartolina/papel madeira, canetinhas coloridas.<br>Observação: incluir músicas que dialoguem com a temática trabalhada.                                                                                                                                                   |

Fonte: Autores (2026)

A construção desta intervenção pretendeu produzir disparadores importantes à produção do discurso comum, permitindo a escuta sensível dos estudantes e a construção coletiva de sentidos em torno da convivência ética, da diversidade e do respeito no espaço escolar. A atuação de estudantes de psicologia potencialmente poderia evidenciar-se como mediadora de processos de acolhimento, conscientização e enfrentamento das práticas discriminatórias que marcam a vida escolar de jovens LGBTQIA+.

### 3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Conforme as Resoluções nº 466/2012 (Brasil, 2012) e nº 510/2016 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde, relatos de experiência de estágio não configuram pesquisa envolvendo seres humanos que exija apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, desde que não envolvam coleta de dados identificáveis, exposição de informações sensíveis ou riscos aos participantes. Nesses casos, o conteúdo restringe-se à descrição e reflexão sobre vivências formativas, com anonimização de pessoas e instituições, enquadrando-se nas exceções previstas pela Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2026) para relatos de práticas profissionais e pedagógicas sem caráter investigativo sistemático. Contudo, cabe salientarse que as questões éticas são transversais a este trabalho, que reconhece que a perspectiva ética-política é um devir na atuação junto à diversidade, que deve sempre reconhecer os preceitos dos direitos humanos, da dignidade e autonomia como fundantes de quaisquer intervenções.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO ENFRENTAMENTO DOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO

Nas rodas de conversa, buscou-se criar um espaço no qual os(as) estudantes pudessem não apenas se expressar, mas também reconhecer-se nas falas uns dos outros, fortalecendo, assim, o sentimento de pertencimento e a percepção de que não estavam isolados(as) em suas experiências. Esses encontros assumiram um papel fundamental como instrumento de cuidado coletivo, evidenciando que a Psicologia Escolar e Educacional se configura, nesse contexto, como uma prática que não apenas intervém, mas também escuta, mobiliza e fortalece laços no ambiente escolar.

Relata-se aqui uma experiência no campo de estágio curricularizado em Psicologia Escolar e Educacional, desenvolvida diante de casos de homofobia vivenciados em uma escola de tempo integral da rede pública de ensino no interior. A análise das experiências vivenciadas pelas estagiárias em Psicologia Escolar e Educacional revelou que a homofobia se manifesta de diferentes formas no ambiente escolar, incluindo comentários pejorativos, exclusão social e práticas de *bullying* direcionadas a alunos LGBTQIA+, muitas vezes

partindo, inclusive, de membros do corpo docente. O preconceito e a discriminação homofóbica produzem impactos significativos tanto no nível psicológico dos indivíduos quanto no nível social, reforçando coletivamente a normatização de um modelo heterossexual.

Enquanto estagiárias, essa vivência constituiu-se como um exercício contínuo de autorreflexão do fazer do profissional psicólogo no contexto escolar. Compreendemos a necessidade de que o(a) profissional de Psicologia desenvolva pensamento crítico e criativo (Dias; Patias; Abaid, 2014), mantendo-se aberto(a) às diferentes demandas provenientes do contexto escolar e às múltiplas possibilidades de intervenção. Tal postura implica evitar soluções pré-formatadas, privilegiando a construção de estratégias em conjunto e o fortalecimento do trabalho coletivo. (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

O processo demandou o reconhecimento dos próprios afetos e limites, garantindo que a escuta permanecesse ética e responsável diante do(a) outro(a). A experiência de estágio possibilitou compreender a Psicologia Escolar e Educacional como um campo no qual o vínculo e a palavra detêm potência transformadora, tanto para os(as) estudantes quanto para aquele(a) que ocupa o lugar de ouvinte. Para tanto, esse relato decorre das intersecções entre vivências no estágio em Psicologia Escolar/Educacional e o retorno à escola onde uma das autoras, estagiárias em psicologia, também foi estudante. Neste território, constituíram-se experiências marcadas por desafios emocionais e, simultaneamente, por um exercício de ressignificação de vivências pessoais, que carrega uma trajetória com memórias ambivalentes: de acolhimento, mas também de dor e silenciamento. Aqui este espaço tornou-se um cenário de intervenção psicossocial e de reflexão crítica.

Durante o percurso do estágio na referida escola, observou-se a atuação de múltiplas condições que operam na regulação dos corpos e subjetividades, sobretudo no que diz respeito às intersecções entre raça, gênero e sexualidade. Olhares, comentários e silêncios revelaram-se como elementos que compõem tais engendramentos, funcionando como tecnologias sociais de controle e exclusão, muitas vezes naturalizadas no cotidiano escolar. Em instituições nas quais práticas discriminatórias como o racismo, a homofobia e o *bullying* são frequentemente desconsideradas ou neutralizadas por discursos institucionais marcados por moralismos religiosos, ou por uma pretensa imparcialidade, evidenciam-se os efeitos de processos normativos que produzem e regulam os modos possíveis de existência no espaço escolar.

Como propõe Foucault (1995), os dispositivos são redes heterogêneas que articulam discursos, instituições, normas, compondo um agrupamento de práticas, que constituem um sujeito em uma trama de saberes e em um feixe de forças que lhes são imanentes, exercendo poder sobre os sujeitos por meio da administração da visibilidade, do reconhecimento e da inteligibilidade das identidades. Nesse cenário, torna-se necessário o

desenvolvimento de estratégias de resistência às formas de subjetivação impostas, as quais exigem frequentemente o apagamento de características identitárias em nome da sobrevivência simbólica e física. Tal dinâmica reforça o que Butler (2003) descreve como a matriz heterossexual compulsória, na qual apenas certos modos de existência são reconhecidos como legítimos e inteligíveis, ao passo que outros são objetificados ou silenciados.

Ao retornar ao ambiente escolar e constatar a permanência dessas práticas, torna-se urgente a problematização dos dispositivos de poder e saber que sustentam tais violências naturalizadas. No âmbito do estágio, foi proposta uma roda de conversa que, ao tematizar *bullying*, homofobia, racismo e outras formas de exclusão, buscou tensionar os dispositivos normativos operantes na escola, abrindo espaço para a emergência de novas possibilidades de enunciação e reconhecimento. O encontro foi cuidadosamente planejado para instituir um espaço seguro de escuta e expressão, mobilizando tanto estudantes quanto profissionais da educação para uma reflexão crítica sobre os dispositivos de violência e exclusão e a necessidade de práticas institucionais comprometidas com os direitos humanos, a diversidade e a inclusão.

Assim, a roda de conversa mostrou-se uma potente estratégia de resistência, onde cada fala tem um lugar e o silêncio também é escutado. E, ainda, a roda mobilizou um espaço com afeto, onde o compartilhamento de experiências abriu um novo caminho para a elaboração subjetiva e o reconhecimento de dores que também são sociais. Como destaca Suely Rolnik (2018), dispositivos que mobilizam o corpo e os afetos possibilitam a emergência de narrativas que escapam ao controle da razão normativa, abrindo espaço para a reinvenção de si. A roda de conversa foi um gesto político e ético de produção de vínculos de ruptura com uma lógica do isolamento e da normatividade.

Durante o período de estágio, a partir da escuta dos relatos de alunos e da análise do território escolar, evidenciou-se que determinadas violências são mantidas por meio de omissões institucionais. Muitas dessas omissões articulam-se a discursos religiosos naturalizados no cotidiano escolar, que operam como reguladores do que pode ou não ser dito, vivenciado e reconhecido. Observou-se, por exemplo, situação em que uma gestora presenteou uma estudante do ensino médio com um livro de sua religião, afirmando tratar-se de uma aluna brilhante que precisava seguir o “caminho do bem”. Tal ato foi interpretado como forma de violência simbólica e tentativa de silenciamento identitário. Conforme já apontava Foucault (2014), discursos de poder se infiltram nas instituições, organizando saberes e práticas que regulam corpos e subjetividades. Essa moralização da vida escolar constrange a pluralidade e legitima práticas de exclusão, ao passo que silencia demandas de sujeitos que desafiam o modelo heteronormativo, cisgênero e cristão.

Em nossa experiência, durante o ensino médio, percebemos como certos comentários carregados de preconceito eram naturalizados no cotidiano escolar. Expressões como

“pessoas mais animadinhas”, “é uma ótima aluna, mas tem esse jeito de homem” eram usadas de forma recorrente para se referir a estudantes que destoavam do padrão esperado de comportamento, especialmente no que dizia a gênero e sexualidade. A reação facial - como a “cara de insatisfação” - quando interagiam conosco era igualmente reveladora, traduzindo no corpo e no olhar a desaprovação que produzia efeitos profundos na nossa permanência e pertencimento. Os comentários proferidos com ironia e deboche, funcionam como marcadores simbólicos de exclusão, deixando evidente a tentativa de enquadrar identidades dissidentes em estereótipos pejorativos.

Nos atendimentos individuais realizados com estudantes durante o estágio, muitos relataram que tais comentários ainda persistem, reproduzindo a mesma lógica de constrangimento e inferiorização. Além das expressões depreciativas, houve um relato de uma aluna que, em uma ocasião específica, foi chamada de “a própria atrocidade” por uma profissional da escola. Tal fala, revestida de um humor ácido, carrega a marca da violência simbólica que associa a diferença a algo demoníaco ou maligno, reforçando um imaginário que legitima a exclusão e o silenciamento.

De acordo com Butler (2021), os mecanismos de perseguição e silenciamento das dissidências sexuais operam em um circuito paradoxal, no qual a tentativa de eliminar um termo ou um gênero acaba por reiterá-lo, produzindo um movimento social e psíquico de interdição que, contraditoriamente, intensifica o desejo. Nesse sentido, a chamada paranoia homossexual configura-se como dispositivo que organiza o social “de dentro para fora”, alimentando-se da incessante perseguição a um fantasma do qual sujeitos normativos não conseguem se desvencilhar.

A escola, enquanto espaço de formação subjetiva e social, necessita se constituir como lugar de vida e não de adoecimento. Práticas psicossociais que desafiam o normativo são fundamentais para a transformação desse cenário. Louro (1997) assinala que a escola é um dos principais espaços de construção das identidades de gênero e sexualidade, sendo, ao mesmo tempo, lugar de controle e de possibilidade de subversão. Nessa perspectiva, a Psicologia Escolar e Educacional, em sua vertente crítica, não pode abdicar do compromisso com os direitos humanos e com a diversidade. Mais do que atuar sobre demandas pontuais, impõe-se assumir um posicionamento ético-político que enfrente as estruturas mantenedoras das desigualdades. Para Freire (2009), a educação deve constituir-se como ato político voltado à libertação dos sujeitos e à problematização das relações de opressão.

Por fim, como destacam Hardt e Negri (2005), a produção do comum constitui forma de resistência à lógica neoliberal da exclusão, pois afirma a interdependência e a potência coletiva na criação de novos mundos possíveis. A experiência no território escolar indicou que, diante de múltiplos projetos de exclusão, reafirmar o comum como prática cotidiana é essencial. O comum não corresponde ao que iguala, mas ao que conecta na diferença, sendo construído na escuta, no cuidado, na solidariedade, na partilha, na dor e na alegria. Em

contextos nos quais a escola pode se tornar espaço de violência para aqueles que se afastam da norma, afirmar o comum significa resistir. Tal resistência constitui também cuidado de si, do outro e do que atravessa o coletivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu experiências vivenciadas nos estágios em Psicologia Escolar e Educacional, desenvolvidas em uma Escola Estadual de Educação Profissional da rede pública do Nordeste brasileiro. Diante das experiências relatadas, reafirma-se a urgência da atuação crítica e comprometida de profissionais e estagiários de Psicologia no contexto escolar, no sentido de desconstruir práticas excludentes e promover uma cultura escolar pautada no respeito, na diversidade e na inclusão. Neste cenário, torna-se imprescindível que a escola se constitua como espaço de resistência às violências simbólicas e materiais, garantindo a todos os sujeitos a possibilidade de viverem suas identidades de maneira plena e segura. A homofobia, enquanto expressão de uma lógica social excludente, precisa ser enfrentada de forma intencional, articulando práticas educativas, escuta qualificada e promoção dos direitos humanos, reafirmando o papel da Psicologia Escolar e Educacional na luta por uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

As experiências narradas neste estudo evidenciam que o enfrentamento à homofobia no espaço escolar, especialmente em um cenário marcado pelo avanço de pautas neoconservadoras, demanda práticas psicossociais críticas, comprometidas e articuladas com a promoção dos direitos humanos. A análise das intervenções realizadas demonstra que a escuta qualificada, a criação de espaços seguros de diálogo e o fortalecimento de vínculos coletivos configuram estratégias potentes para tensionar dispositivos de poder que sustentam violências simbólicas e materiais contra estudantes LGBTQIA+.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar e Educacional, em sua vertente ética e política, assume papel central na desconstrução de lógicas excludentes, na problematização de discursos moralizantes e na defesa intransigente da diversidade como valor social e educativo. A escola, concebida como território de cidadania, deve resistir às tentativas de silenciamento e disciplinarização das subjetividades, transformando-se em um espaço de produção do comum, onde a diferença não seja tolerada como exceção, mas reconhecida como elemento constitutivo da vida coletiva.

Assim, reafirma-se a necessidade de consolidar práticas institucionais que, para além de responder a episódios pontuais de discriminação, promovam mudanças estruturais no cotidiano escolar, rompendo com a invisibilização das identidades dissidentes e fortalecendo um projeto educacional inclusivo, democrático e socialmente comprometido. Ao reconhecer a pluralidade como fundamento da educação, é possível não apenas



combater a homofobia, mas também construir comunidades escolares mais justas, solidárias e emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ARAÚJO, Silvano dos Passos Barbosa dos Santos; ROCHA, José Damião Trindade. A exclusão dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da BNCC: o que dizem as pesquisas sobre educação realizadas no período de 2020 a 2022? **Revista Multidebates**, Palmas, v. 8, n. 1, p. 1–13, 2024. Disponível em:

<https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/750>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; BUSS, Gustavo. A estratégia do neoconservadorismo revelada em suas intervenções como amici curiae no STF: da autoridade moral religiosa à luta contra a “doutrinação” LGBTQIA+. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1130-1160, abr./jun. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/kjYj9MsRQZqbBMbKsxnQRSs/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org.). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília, DF: LetrasLivres, 2009. p. 15-46.

BORTOLINI, Alexandre (Coord.). **Diversidade Sexual na Escola**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44, 24 maio 2016. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Defensoria Pública da União. **Relatório sobre Intolerância Religiosa**. Brasília: DPU, mar. 2023. Disponível em: [https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio\\_de\\_intolerancia\\_religiosa.pdf](https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio_de_intolerancia_religiosa.pdf). Acesso em: 31 jul. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Instituto Humanitas Unisinos**, 21 nov. 2017. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573806-judith-butler-escreve-sobre-sua-teoria-de-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CANDEIA, Lais Rodrigues; FURLIN, Neiva. O avanço do neoconservadorismo no Brasil: a agenda antigênero para a educação nos projetos legislativos apresentados na Câmara dos Deputados (2011–2022). **Revista Educación, Política y Sociedad**, v. 8, n. 2, p. 94–120, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/rep2023.8.2.005>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CAVALEIRO, Maria Cristina. Escola e sexualidades: alguns apontamentos para reflexões. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Ed.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 153-169.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA –CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 23, n. 4, p. 774–784, out./dez. 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102019000400774&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102019000400774&script=sci_arttext). Acesso em: 6 ago. 2025.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa; BRISOLLA, Livia Santos. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 1–26, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79581>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FORTES, Olívia Bueno Silva. Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira contemporânea: uma leitura freireana da Base Nacional Comum Curricular e do movimento Escola Sem Partido. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 60, p. e15701, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/15701>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 723–730, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00085>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FURLIN, Neiva. Educação democrática e desmocratização: o ataque neoconservador às políticas de gênero no Brasil. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v49.77800>. Acesso em: 1 ago. 2025.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei Rezende. BNCC, reforma do ensino médio e questões de gênero: disputas para o controle do conhecimento. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1–26, e-20385.064, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/71050>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GONZALEZ, Wania. “Eu quis a escola e a escola não me quis”: relato de experiência a partir de rodas de conversa sobre gênero. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 18, n. 40, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/retratosdaescola.v18i40.3150>. Acesso em: 1 ago. 2025.

GUSE, Hygor; ESQUINCALHA, Agnaldo; MOURA, Jónata de. Que relações podem ser estabelecidas entre matemática e pessoas LGBTI+? Narrativas de um professor desviante das cis-heteronormas que ensina matemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO BRASIL”, 7., 2021, [S.l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2021. DOI: <https://doi.org/10.29327/555111.1-13>. Acesso em: 6 ago. 2025.

HEREK, Gregory M. Sexual prejudice and gender: Do heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men differ?. **Journal of Social Issues**, v. 56, n. 2, p. 251-266, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. **Agência IBGE Notícias**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 6 ago. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Ed.). **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. p. 367-444.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004). Acesso em: 1 ago. 2025.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119–142, mai./ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e191823, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwBJx/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MACHADO, Eduardo Henrique de Souza. Violência simbólica e suas ramificações na educação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 648-662, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/82441>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfvLVSDYNNH8nzJV3MmQk/?lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

MARTINS, João Batista. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 266–273, 1996. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9472>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MARTINS, Ivan Carlos Costa. **Fundamentalismo religioso e educação em um contexto de ajuste fiscal e de avanço da extrema direita**. 2024. 654 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/78664>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MATOS, Amanda Pedrosa de. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 573-586, set./dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11942018000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11942018000300009). Acesso em: 8 ago. 2025.

MELLO NETO, João Batista de; AGNOLETI, Michele Barbosa. Educação para a Diversidade Sexual: a escola enfrentando a lesbo-homobi-transfobia. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELLO, Vilma de Lurdes Barbosa e (Org.). **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2014. p. 231-259.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2016.25163>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MISKOLCI, Richard. Exorcising a ghost: The Interests Behind the War On “Gender Ideology”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero? Albuquerque: **Revista de História**, v. 7, n. 13, p. 85–100, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7869519>. Acesso em: 4 ago. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo, desejo e experiência. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 277-293, mai./ago. 2009. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432009000200017&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432009000200017&script=sci_abstract). Acesso em: 18 jul. 2025.

PIOVEZANI, Carlos. Discurso de ódio: uma política do performativo. Resenha de Discurso de ódio: uma política do performativo, de Judith Butler. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 39, n. 4, e202339460683, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339460683>. Acesso em: 6 ago. 2025.

**PROJETO DE LEI 246/2019 (apensado ao PL 876/2015)**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=56C817F542F71EF400153F1F4F7BF7C2.proposicoesWebExterno1?codteor=1707037&filename=PL+246/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=56C817F542F71EF400153F1F4F7BF7C2.proposicoesWebExterno1?codteor=1707037&filename=PL+246/2019). Acesso em: 08 ago. 2025.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9–26, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ROCHA, Zeferino. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 3, supl. 1, p. 761-774, set. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p761.16>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SILVA, Francisco Henrique Cardoso da. **Diálogos sobre gênero e sexualidade com professores de uma escola da rede estadual de ensino**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74454>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “Ideologia de Gênero”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018. Disponível em:

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/mdtzSGnQGMITrNDk5LZSx9M/?lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; MOURA, Jónata Ferreira de. **Corpos, gêneros e sexualidades nas ciências humanas e sociais**: desafios da atualidade. São Luís: EDUFMA, 2023. Disponível em: [https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce\\_uploads/2024/01/Corpos-g%C3%AAneros-e-sexualidades-1.pdf](https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2024/01/Corpos-g%C3%AAneros-e-sexualidades-1.pdf). Acesso em: 6 ago. 2025.

SOARES, Mayara Ruth Nishiyama et al. Entre violências e resistências: escrevivências de gênero com jovens pesquisadores. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 9, p. e20249573, 2024.

SOUSA, Ana Cláudia; LIMA, Fernanda da Silva. A ascensão das lideranças religiosas conservadoras e seus impactos na política e educação brasileiras. **Diálogo Educacional**, Rio Grande, v. 15, n. 30, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9000>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto de. A cultura machista e os prejuízos aos dissidentes ou divergentes das questões sexuais e de gênero. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 7, n. 2, p. 62-76, 2022. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/8177>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SOUZA, Maria Cristina Magalhães de; OLIVEIRA, Marcio Antônio Lopes de. Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas. **Latitude**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1065>. Acesso em: 6 ago. 2025.

VICENTE, André Luíz Coutinho. Ideologia de gênero versus educação para a diversidade: embates entre o conservadorismo e a resistência da população LGBTQIA+. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 364-389, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v8i2.11635>. Acesso em: 6 ago. 2025.

WEINBERG, George. **Society and the healthy homosexual**. New York: St. Martin's Press, 1972.

Recebido em: 14/08/2025

Aceito em: 23/10/2025